

2014



Relatório de Gestão





Índice

1	Introdução	1
2	Situação económica e financeira	3
2.1	Situação económica.....	3
2.1.1	Balanço sintético	3
2.1.2	Estrutura de custos.....	4
2.1.3	Estrutura de proveitos.....	5
2.2	Situação financeira	7
2.2.1	Receitas globais	7
2.2.2	Receitas correntes.....	8
2.2.2.1	Estrutura das receitas correntes.....	8
2.2.2.2	Análise nas principais rubricas da receita corrente	9
2.2.3	Receitas de capital.....	11
2.2.3.1	Estrutura das receitas de capital.....	12
2.2.3.2	Análise nas principais rubricas da receita de capital	12
2.2.4	Evolução da receita	14
2.2.5	Rácios da Receita.....	15
2.3	Despesas globais.....	16
2.3.1	Execução da despesa.....	17
2.3.2	Execução da despesa corrente	17
2.3.3	Execução da Despesa de Capital	19
2.3.4	Saldo da gerência - orçamental.....	20



2.3.5	Poupança corrente	21
2.3.6	Relação receitas e despesas de capital	22
3	Recursos humanos	23
3.1	Limites dos encargos com o pessoal	26
4	Endividamento e evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo	28
4.1	Dívidas de curto prazo	28
4.2	Evolução do endividamento – médio e longo prazos	29
4.3	Endividamento total (2012/2013/2014)	30
4.4	Dívida	30
4.4.1	Limite da dívida	30
5	Grandes opções do plano - análise	33
5.1	Execução das grandes opções do plano	33
5.2	Plano plurianual de investimentos	34
5.3	Atividades relevantes	35
6	Equilíbrio orçamental	36
7	Proposta de aplicação dos resultados.....	37
7.1	Proposta.....	37



1 Introdução

A Câmara Municipal apresenta nos termos legais, alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os documentos de prestação de contas do ano de 2014.

Aquela norma define como competência do executivo, *“elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal”*, cabendo ao órgão deliberativo a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido diploma legal, onde é referido que compete à Assembleia Municipal: *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como **apreciar e votar os documentos de prestação de contas**”*, cujos documentos foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprovou o *“POCAL”* e tomando em consideração as recomendações do Tribunal de Contas dadas através das Instruções e Resolução publicadas.

Assim, foram elaborados os documentos da prestação de contas do ano de 2014.

As verbas colocadas à disposição do Executivo, quer provenientes das Receitas Próprias do município, quer das Transferências (do OE - Orçamento do Estado ou Outras), quer de outra proveniência (Capitais Alheios) foram administradas em obediência aos princípios orçamentais e contabilísticos fundamentais, dos quais destacamos, o do equilíbrio e o da prudência, tendo sido possível obstar-se a quaisquer situações de aperto orçamental, o que possibilitou o cumprimento das responsabilidades financeiras assumidas, efetivando uma política de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros, de uma forma moderada, devido aos atrasos verificados nas transferências dessas verbas.

Os documentos de planeamento da gestão do atual executivo, identificados nas Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, estabeleceram para 2014, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, definindo os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua concretização.



Findo o exercício de 2014, será possível afirmar que a atividade da Câmara Municipal, no decurso desse período, contribuiu para melhorar a imagem do concelho na região onde se encontra inserido.

Seguidamente fazemos uma análise dos principais aspetos que devem fazer parte do Relatório de Gestão, destinados a compreender a atividade desenvolvida pelo executivo no ano económico de 2014.

2 Situação económica e financeira

A avaliação da situação económica e financeira do município foi realizada através da análise do balanço e da demonstração de resultados, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

2.1 Situação económica

2.1.1 Balanço sintético

Balanço Sintético	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido						
Imobilizado	65.530.791,04	92,65%	64.945.825,13	92,24%	63.278.620,13	89,88%
Bens do domínio público	38.242.805,11	54,07%	36.970.113,84	52,51%	36.647.635,16	52,05%
Imobilizado incorpóreo	42.930,16	0,06%	41.965,00	0,06%	40.999,84	0,06%
Imobilizado corpóreo	18.954.241,54	26,80%	19.660.211,68	27,92%	25.214.312,03	35,81%
Investimentos financeiros	8.290.814,23	11,72%	8.273.534,61	11,75%	1.375.673,10	1,95%
Circulante	4.022.195,62	5,69%	4.030.924,74	5,73%	4.682.903,23	6,65%
Existências	77.405,60	0,11%	77.879,28	0,11%	135.937,07	0,19%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	989.817,05	1,40%	1.405.424,65	2,00%	1.457.453,20	2,07%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos em instit. de crédito e caixa	2.954.972,97	4,18%	2.547.620,81	3,62%	3.089.512,96	4,39%
Acréscimo de proveitos	1.175.972,79	1,66%	1.407.913,12	2,00%	1.478.604,57	2,10%
Custos diferidos	0,00	0,00%	21.968,77	0,03%	0,00	0,00%
Total do Ativo Líquido	70.728.959,45	100,00%	70.406.631,76	100,00%	69.440.127,93	98,63%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos próprios	44.305.842,51	62,64%	45.700.796,49	64,91%	46.752.059,01	66,40%
Passivo	7.275.704,34	10,29%	4.806.556,90	6,83%	4.619.373,86	6,56%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	6.255.494,10	8,84%	3.942.714,92	5,60%	3.474.010,70	4,93%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.020.210,24	1,44%	863.841,98	1,23%	1.145.363,16	1,63%
Acréscimos de custos	209.064,25	0,30%	280.300,93	0,40%	275.565,30	0,39%
Proveitos diferidos	18.938.348,35	26,78%	19.618.977,44	27,87%	17.793.129,76	25,27%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	70.728.959,45	100,00%	70.406.631,76	100,00%	69.440.127,93	98,63%

Ao analisarmos as variações ocorridas nas principais rubricas do balanço deparamo-nos com os seguintes aspetos considerados mais importantes:

- Aumento do ativo circulante, designadamente nas disponibilidades;
- Diminuição do passivo.

Foi refletido no passivo o valor que o município vai ter de transferir para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. O valor a transferir em 2015 será de € 65 251,00 e nos anos seguintes o valor de € 391 506,09.

2.1.2 Estrutura de custos

Contas	Custos e Perdas Descrição	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercad. vendidas e das m. consumidas	29.722,91	0,37%	4.588,60	0,07%	5.955,88	0,07%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.782.029,94	22,19%	1.796.156,71	26,72%	1.977.055,65	24,88%
63	Transferências e subsídios correntes e p. sociais	825.823,53	10,28%	930.166,57	13,84%	903.603,81	11,37%
64	Custos com pessoal	1.838.932,44	22,90%	2.033.625,57	30,25%	2.029.522,74	25,54%
65	Outros custos operacionais	132.032,38	1,64%	182.295,98	2,71%	280.432,72	3,53%
66	Amortizações do exercício	1.463.465,75	18,22%	1.448.472,04	21,55%	2.217.486,15	27,91%
67	Provisões do exercício	28.481,31	0,35%	17.951,07	0,27%	76.882,21	0,97%
68	Custos e perdas financeiras	70.187,87	0,87%	122.592,12	1,82%	104.560,78	1,32%
69	Custos e perdas extraordinários	1.860.202,85	23,16%	186.219,39	2,77%	350.084,85	4,41%
Total de Custos ou Perdas		8.030.878,98	100,00%	6.722.068,05	100,00%	7.945.584,79	100,00%

Como verificamos neste quadro, os “Fornecimentos e serviços externos” e os “Custos com pessoal” são os agregados mais representativos dos custos e perdas da autarquia.

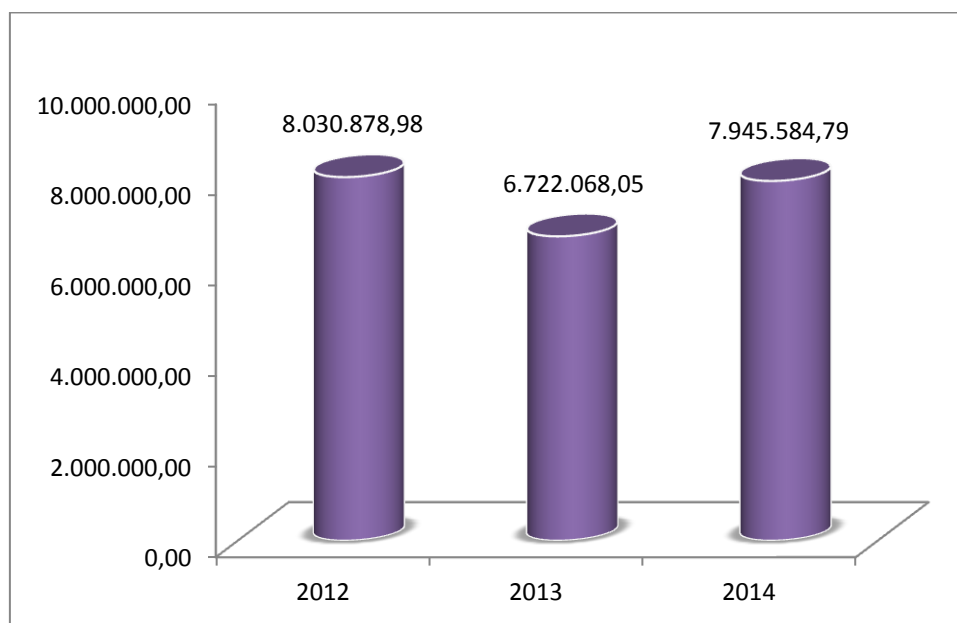
Os custos com pessoal sofreram uma diminuição ligeira de -€ 4 102,83, influenciada pela redução nas “remunerações do pessoal em funções”, em “outras prestações familiares” (indenizações), nas “despesas de saúde” e em “outros encargos”.

Os “FSE - Fornecimentos e serviços externos” aumentaram € 180 898,94, devido aos aumentos constatados em “eletricidade” (+ € 33 818,42), em “comunicações” (+ € 5 528,26), em “seguros” (+ € 26 367,74), em “transporte de pessoal” (+ € 15 835,89), em “formação” (+ € 33 279,46) e em “trabalhos especializados” (+ € 76 594,23).

A formação foi objeto de financiamento através do POPH e os “trabalhos especializados” dizem respeito às ações levadas a efeito nas “Galerias ripícolas” que foram objeto de comparticipação através do PRODER.

Mais se verificaram aumentos em “outros custos operacionais” (+ € 98 136,74) – das ações desenvolvidas: Comemoração do FORAL; FICAVOUGA; CAE; Biblioteca e outras; em “amortizações do exercício” (+ € 769 014,11) – pela atualização das amortizações e por se ter iniciado o registo das amortizações do edifício da Vougapark; em “provisões” (+ € 58 931,14) – por se ter constituído um reforço devido à fatura de venda de sucata na Vougapark se ter tornado de cobrança duvidosa; e em “custos e perdas extraordinários” (+ € 163 865,46) – devido às correções efetuadas a “exercícios anteriores”, quanto a amortizações de bens que entraram em funcionamento em anos transatos.

Como verificamos no gráfico que se segue, apesar do aumento constatado nos custos, ainda se situam abaixo do valor registado no ano de 2012. No aumento de € 1 223 516,74, foram as amortizações com as correções a exercícios anteriores que tiveram a maior influência (+ € 916 137,62/75%). Contudo, espera-se que não continuem a aumentar os custos com “fornecimentos e serviços externos”, embora estejam relacionados e justificados com o aumento de serviços prestados aos particulares e sociedades, designadamente no edifício do Vougapark.



2.1.3 Estrutura de proveitos

Contas	Proveitos e Ganhos Descrição	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Vendas e prestações de serviços	379.580,63	3,80%	278.193,81	3,09%	253.688,50	2,73%
72	Impostos e taxas	1.499.412,45	15,00%	2.001.393,52	22,23%	1.826.434,52	19,65%
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	5.373.658,82	53,75%	5.433.082,04	60,35%	5.157.915,08	55,49%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	358.801,73	3,59%	368.897,82	4,10%	377.203,37	4,06%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.385.438,13	23,86%	921.388,76	10,23%	1.680.059,29	18,07%
Total de Proveitos e Ganhos		9.996.891,76	100,00%	9.002.955,95	100,00%	9.295.300,76	100,00%

Verificamos neste mapa que a autarquia depende quase exclusivamente dos recursos externos – participação nos impostos do Estado – como se pode verificar pelo peso das “transferências e subsídios obtidos” (55%).

Os impostos e taxas, apesar de terem decrescido, apresentam-se como sendo o segundo recurso mais importante para a autarquia.

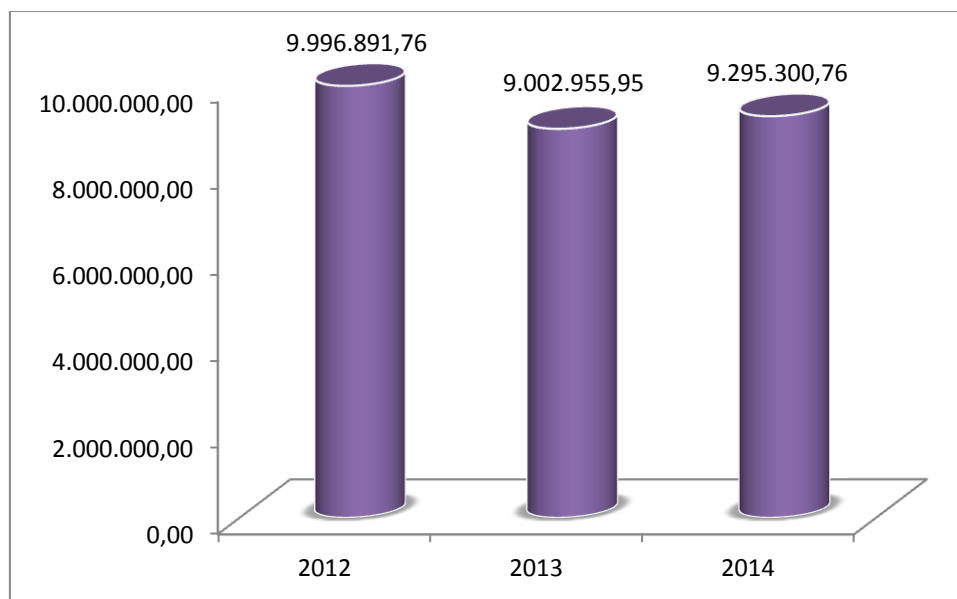
Verificaram-se decréscimos em “vendas e prestações de serviços” (- € 24 505,31) – por influência dos preços processados com RSU; em “impostos e taxas” – devido à diminuição no IMI, no IUC, na Derrama e nos Impostos abolidos. No conjunto de todas as taxas verificou-se um aumento de mil euros.

Nas “transferências e subsídios obtidos” constatou-se uma diminuição de € 275 166,96/ -5% por influência na redução constatada nas transferências da Administração Central (- € 200 352), das transferências de “fundos e serviços autónomos” (- € 49 817,73), das transferências de fundos comunitários (- € 54 144,83).

Os proveitos financeiros aumentaram € 8 305,55, devido ao aumento da renda de concessão com a EDP (+ € 4 059,63), ao aumento das rendas de “Outros edifícios” (+ € 1 439,04) e aumento nos depósitos a prazo (+ € 4 195,30). Os dividendos diminuíram € 1 044,54.

Os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram € 758 670,53, influenciados pelo registo da transferência de proveitos diferidos para proveitos do exercício na proporção das amortizações dos projetos financiados e que começaram a funcionar.

Em termos globais os proveitos aumentaram 3,25% ou € 292 344,81.



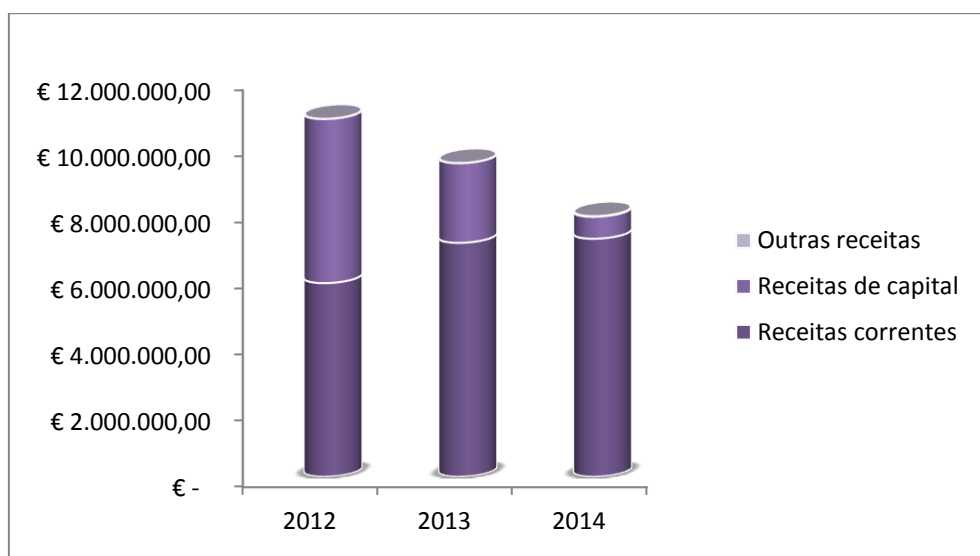
O resultado líquido do exercício foi de € 1 349 715,97.

2.2 Situação financeira

2.2.1 Receitas globais

As receitas arrecadadas neste ano, ascenderam a 7 873 143,44 euros (9.480.103,09 euros em 2013), apresentando uma diminuição de -16,95%.

Estrutura da Receita	2012	%	2013	%	2014	%	Δ 2014/2013
Receitas correntes	5.852.407,80	54,1%	7.070.994,86	74,6%	7.194.669,83	91,4%	1,75%
Receitas de capital	4.960.927,24	45,9%	2.407.716,44	25,4%	663.819,56	8,4%	-72,43%
Outras receitas	2.613,14	0,0%	1.391,79	0,0%	14.654,05	0,2%	952,89%
Receita Total	10.815.948,18	100,00%	9.480.103,09	100,00%	7.873.143,44	100,00%	-16,95%



Embora com um decréscimo elevado, as receitas arrecadadas ainda permitem que a autarquia tenha graus elevados de autonomia e solvabilidade financeira, bem como, liquidez imediata, como poderemos constatar com os dados da contabilidade patrimonial.

Grau autonomia financeira (GAF) = Fundos Próprios / Ativo	63%	65%	67%
Grau de Solvabilidade Financeira = Fundos Próprios / Passivo	169%	187%	209%
Grau de liquidez Imediata = Disponibilidades / Passivo Circulante	290%	295%	270%

Apresentamos no quadro seguinte a estrutura das receitas deste ano económico, seguindo-se, com algum detalhe, uma apreciação por rubricas.

Receita	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	%	Variação	
					Valor	%
01 - Impostos diretos	1.471.200,00	1.671.200,00	1.716.860,21	21,81%	45.660,21	2,73%
02 - Impostos indiretos	36.200,00	26.200,00	18.170,36	0,23%	-8.029,64	-30,65%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	59.100,00	59.100,00	77.905,02	0,99%	18.805,02	31,82%
05 - Rendimentos de propriedade	4.450,00	4.450,00	3.813,01	0,05%	-636,99	-14,31%
06 - Transferências correntes	4.473.650,00	4.683.650,00	4.787.450,37	60,81%	103.800,37	2,22%
07 - Venda de bens e serviços correntes	657.150,00	667.150,00	577.380,79	7,33%	-89.769,21	-13,46%
08 - Outras receitas correntes	59.850,00	109.850,00	13.090,07	0,17%	-96.759,93	-88,08%
Receitas Correntes	6.761.600,00	7.221.600,00	7.194.669,83	91,38%	-26.930,17	-0,37%
09 - Venda de bens de investimento	44.850,00	29.850,00	28.534,00	0,36%	-1.316,00	-4,41%
10 - Transferências de capital	1.888.550,00	1.114.557,70	628.299,69	7,98%	-486.258,01	-43,63%
11 - Ativos financeiros	4.650,00	4.650,00	6.985,87	0,09%	2.335,87	50,23%
12 - Passivos financeiros	200,00	200,00	0,00	0,00%	-200,00	-100,00%
13 - Outras receitas de capital	100,00	100,00	0,00	0,00%	-100,00	-100,00%
Receitas de Capital	1.938.350,00	1.149.357,70	663.819,56	8,43%	-485.538,14	-42,24%
15 - Reposições ã abatidas pagamentos	50,00	50,00	14.654,05	0,19%	14.604,05	
Outras Receitas	50,00	50,00	14.654,05	0,19%	14.604,05	
16 - Saldo da gerência anterior		1.928.992,30		0,00%		
Totais	8.700.000,00	10.300.000,00	7.873.143,44	100,00%	-497.864,26	-4,83%

No quadro anterior apresentamos a comparação entre os valores previstos e executados no ano económico, onde se pode constatar um equilíbrio nas previsões, designadamente quanto a receitas correntes. Nas receitas de capital a execução poderia ser melhor se tivéssemos recebido a comparticipação de alguns projetos cujas candidaturas foram aprovadas – Biblioteca Municipal e Campo de Jogos de Pessegueiro – a aguardarem o encerramento do QREN (overbooking).

Recorrendo à informação contida nestes documentos e estabelecendo algumas comparações, com os dados publicados na página da autarquia - Prestação de contas de 2014 - constatamos que a receita, nas duas componentes, teve as seguintes variações mais significativas:

2.2.2 Receitas correntes

2.2.2.1 Estrutura das receitas correntes

A receita corrente arrecadada foi de €7 194 669,83 com uma variação de +€123 674,97 / 1,75%.



Receitas Correntes	Execução	%
01 - Impostos diretos	1.716.860,21	23,86%
02 - Impostos Indiretos	18.170,36	0,25%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	77.905,02	1,08%
05 - Rendimentos de propriedade	3.813,01	0,05%
06 - Transferências correntes	4.787.450,37	66,54%
07 - Venda de bens e Serviços correntes	577.380,79	8,03%
08 - Outras receitas correntes	13.090,07	0,18%
Totais	7.194.669,83	100,00%

Neste quadro verificamos que, apesar dos impostos diretos terem um peso significativo, o município encontra-se dependente das transferências correntes, as quais apresentam um peso considerável. Também verificamos que as receitas próprias apresentam um montante muito baixo.

2.2.2.2 Análise nas principais rubricas da receita corrente

01 – Impostos diretos

Verificamos um aumento nos impostos diretos de € 87 893,55, com as principais variações ocorridas nestes impostos¹: IMI (+€ 95 994,00); IUC (-€ 25 369,02); IMT (-€ 10 365,56); Derrama (+€ 699,04). Com estes dados destacamos, pela negativa, a redução das receitas do IUC e do IMT, este último pelo segundo ano consecutivo, e um aumento diminuto nas Derramas.

Constatamos a transferência de € 26 935,09, referente a impostos abolidos e que se verificou uma arrecadação por parte do Serviço de Finanças, em princípio, em processos executivos ou de cobrança coerciva.

Apenas o IMI apresentou um aumento significativo.

02 – Impostos indiretos

Esta rubrica teve uma redução de -€17 429,97, com maior destaque em “Loteamentos e obras” que diminuiu -€ 13 575,06 e “Outras receitas” -€ 4 007,63 devido à redução constatada em “Fotocópias de processos de concursos”. Nesta rubrica registaram-se € 1 887,66 em “Taxa municipal de direitos de passagem”.

¹ A soma destas variações não corresponde ao aumento indicado, porque não incluímos outras parcelas, sem significado para a análise.

04 – Taxas, multas e outras penalidades

Neste grupo constatou-se um aumento de € 14 439,93 / +18,54%, com alguma recuperação nas taxas de “Loteamentos e obras” (+€ 11 440,03), na “Ocupação da via pública” (+€ 1 257,94) e em “Multas e outras penalidades” (+€ 1 686,52).

05 – Rendimentos de propriedade

Nesta rubrica registamos um aumento diminuto (+€ 121,03), com variações diversas, em dividendos (-€ 1 044,54) e nos juros obtidos (+€ 1 165,57).

06 – Transferências correntes

As transferências correntes aumentaram +€ 241 721,44, por efeito nas seguintes rubricas: “Companhias de seguros” (+€ 26 731,18); “Fundo de Equilíbrio Financeiro” (+€ 307 749,79); “Participação variável no IRS” (+€ 8 528,00); “Fundos e serviços autónomos” (-€ 92 623,94) e “Famílias” (-€ 8 789,62).

No quadro seguinte apresentamos os valores recebidos das entidades com as quais foram celebrados acordos de execução ou protocolos.

Entidade	2013	2014	Varição
Gulbenkian	900,00	0,00	-900,00
IEFP	50.843,00	46.464,99	-4.378,01
ISSS	30.362,56	20.488,46	-9.874,10
IFADAP (PRODER)	151.427,42	80.191,52	-71.235,90
ERTC	6.908,82	6.908,82	0,00
DREC	213.351,80	148.353,43	-64.998,37
DGAI	391,28	1.928,06	1.536,78
ICNF	0,00	16.820,72	16.820,72
POPH	0,00	16.878,32	16.878,32

No final do ano de 2014 havia movimentos bancários no valor de € 57 155,44, referentes a transferências realizadas pela DREC e que serão movimentadas no ano económico de 2015. Esse valor reduzia a diferença contatada de -€ 64 998,37.

Através do IFADAP foram aprovadas candidaturas para a realização de projetos, tais como, a “Refuncionalização do CAE”, o povoamento de ribeiras “Galerias ripícolas” e outras ações cujas transferências foram realizadas em maior valor no ano de 2013.



07 – Venda de bens e serviços

A venda de bens e serviços teve uma diminuição de 27% (-€ 158 101,52), com um aumento de +€ 11 204,16 na “venda de bens²”, diminuição de -€ 8 561,38 na “venda de serviços” e diminuição de -€ 160 744,30 em “rendas³”, com o maior efeito provocado pelo contrato de concessão da rede de baixa tensão à EDP, devido à contabilização de cinco trimestres em 2013 (sendo que um deles era do ano de 2012) e apenas três trimestres em 2014, tendo ficado o último por registar no ano de 2014, e veio a ser movimentado em 2015.

08 – Outras receitas correntes

Este grupo teve uma diminuição de -€ 44 969,49, resultante das diminuições verificadas em “Reposições não abatidas nos pagamentos⁴” (-€ 35 800,25) e em “Outras receitas correntes” (-€ 9 169,24), por exemplo, com a recuperação de impostos da Vougapark (IRC e IVA) registada no ano de 2013.

Desta forma justificamos o aumento absoluto de € 123 674,97, nas receitas correntes, e aumento relativo de 1,75%.

O grau de execução financeira das receitas corrente foi de 98,9%⁵, em relação ao orçamento corrigido (diminuindo 4,5 pontos percentuais).

2.2.3 Receitas de capital

A receita de capital arrecadada foi de € 663 819,56 com uma variação de -€ 1 743 896,88, em parte, influenciada pelo encerramento do QREN.

No ano de 2013 as receitas de capital foram de € 4 960 927,24, e neste ano de 2014 não chegou a um milhão, o que obriga a uma gestão cuidada dos recursos e uma adequada reafecção, porque será importante haver sempre investimento.

² CAE, FICAVOUGA, Limpeza de fossas, estacionamento

³ Renda de concessão - EDP

⁴ Reembolso de energia elétrica feito pela ARS e outros

⁵ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 1 (Em 2013 = 103,4%)

Espera-se que o próximo quadro comunitário de apoio esteja regulamentado com brevidade, por forma a conseguirem-se apoios para os projetos que se pretende realizar.

2.2.3.1 Estrutura das receitas de capital

Receitas de Capital	Execução	%
09 - Venda de bens de investimento	28.534,00	4,30%
10 - Transferências de capital	628.299,69	94,65%
11 - Ativos financeiros	6.985,87	1,05%
12 - Passivos financeiros	0,00	0,00%
13 - Outras receitas de capital	0,00	0,00%
Totais	663.819,56	100,00%

Como se verificou nas receitas correntes, as transferências apresentam-se como a principal fonte de receitas desta entidade, limitando a autonomia financeira da autarquia.

Seguidamente, apresentamos a apreciação das variações nos principais agregados das receitas de capital.

2.2.3.2 Análise nas principais rubricas da receita de capital

09 – Venda de bens de investimento

A receita arrecadada foi de € 28 534, e resultou da venda de um apartamento no bairro social (€ 27 500) e venda de sucata.

10 – Transferências de capital

Será o grupo com maior significado nas receitas desta natureza, onde foram registados € 628 299,69, com menos € 1 730 350,45 em relação ao valor arrecadado no ano anterior. Esta rubrica subdivide-se, principalmente, da seguinte forma:

- i. € 420 315,00, referente a transferências do Estado;
- ii. € 45 586,34, de transferências de programas financiados através de fundos comunitários.
- iii. € 162 398,35, de transferências de Fundos e Serviços Autónomos, proveniente do encerramento do projeto “Central de Camionagem” com financiamento do IMTT.



Como se pode ver, as receitas de apoios comunitários são residuais e pouco expressivas, esperando-se pela abertura dos concursos para se concorrer ao programa Portugal 2020.

11 – Ativos financeiros

Foram registados € 6 985,87, mais € 1 873,19 que no ano anterior, devido ao aumento no número de empresas com reembolsos ao abrigo do programa FINICIA.

Neste grupo registam-se as receitas provenientes de reembolsos dos empréstimos concedidos ao abrigo daquele programa.

12 – Passivos financeiros

No ano de 2014 não se registou qualquer receita nesta rubrica, através da qual se registavam as importâncias recebidas dos empréstimos contraídos.

13 – Outras receitas de capital

Não se registou qualquer importância nesta rubrica.

15 – Reposições não abatidas nos pagamentos

Foram registados € 14 654,05 de reposições não abatidas nos pagamentos.

Esta receita resultou da revisão final da empreitada da “Pista ciclável da Estação de Paradela até ao limite do concelho”. Nos últimos tempos verificamos com frequência acontecer revisões negativas devido à deflação e à diminuição dos preços de alguns produtos. Este facto obriga à devolução de importâncias recebidas pelos empreiteiros.

No seu conjunto, as receitas de capital arrecadadas no ano de 2014, foram de € 663 819,56, quando no ano transato foram de € 2 407 716,44, correspondendo a uma variação de -€ 1 743 896,88, sem considerarmos “Outras receitas”.

O grau de execução financeira das receitas de capital foi de 57,8%⁶, em relação ao orçamento corrigido.

⁶ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 4 (Em 2013 = 89,5%).

Em termos globais, a realização da receita atingiu 94,7%⁷, traduzindo-se num bom indicador em termos de equilíbrio orçamental, cumprindo esta entidade com a taxa de execução da receita prevista num valor superior a 85% que, em sentido contrário e verificada em dois anos consecutivos, obrigaria ao “Alerta precoce de desvios” previsto no n.º 1 do art.º 56º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com comunicação imperativa aos órgãos municipais e à DGAL., significando que a autarquia poderia estar a entrar em dificuldades financeiras. No entanto, tal não acontece e o resultado de execução demonstra o que já foi referido, quanto a uma boa gestão dos recursos, que pode ser feita através de um adequado equilíbrio orçamental.

2.2.4 Evolução da receita

Estrutura da Receita	2013	2014	Varição
Receitas Correntes			
01 - Impostos diretos	1.628.966,66	1.716.860,21	87.893,55
02 - Impostos indiretos	35.600,33	18.170,36	-17.429,97
04 - Taxas, multas e outras penalidades	63.465,09	77.905,02	14.439,93
05 - Rendimentos de propriedade	3.691,98	3.813,01	121,03
06 - Transferências correntes	4.545.728,93	4.787.450,37	241.721,44
07 - Venda de bens e serviços correntes	735.482,31	577.380,79	-158.101,52
08 - Outras receitas correntes	58.059,56	13.090,07	-44.969,49
Subtotal	7.070.994,86	7.194.669,83	123.674,97
Receitas de Capital			
09 - Venda de bens de investimento	21.370,00	28.534,00	7.164,00
10 - Transferências de capital	2.358.650,14	628.299,69	-1.730.350,45
11 - Ativos financeiros	5.112,68	6.985,87	1.873,19
12 - Passivos financeiros	22.583,62	0,00	-22.583,62
13 - Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Subtotal	2.407.716,44	663.819,56	-1.743.896,88
Outras Receitas			
15 - Reposições ã abatidas pagamentos	1.391,79	14.654,05	13.262,26
Subtotal	1.391,79	14.654,05	13.262,26
Total da Receita	9.480.103,09	7.873.143,44	-1.606.959,65

Este quadro permite uma leitura facilitada da evolução das receitas nos principais agrupamentos.

Verificou-se que, no ano de 2014, a receita global teve uma diminuição de -€ 1 606 959,65, em comparação a 2013. As receitas correntes aumentaram € 123 674,97, enquanto as receitas de capital tiveram uma diminuição de € 1 743 896,88, devido a uma diminuição nas

⁷ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 6 (Em 2013 = 80,3%)



receitas do FEDER € 1 464 028,49, por causa do encerramento do QREN, e, uma redução de € 448 455,00 no FEF, devido às alterações feitas na repartição das transferências da Administração Central. Estas foram as variações mais significativas constatadas nas receitas de capital.

Como se observou, a redução nas receitas de capital também se prende com o encerramento do QREN, continuamos a manter a esperança em conseguirmos financiamentos extraordinários nesta fase, através da maturidade de projetos que foram objeto de candidatura há dias.

Julgamos que os dados apresentados refletem uma gestão coerente e que se traduz numa capacidade financeira adequada da autarquia (em termos de tesouraria) para fazer face aos diversos compromissos que são assumidos. Apenas se desejava, por um lado, um desempenho melhor ao nível das receitas próprias, para a autarquia não depender tanto da administração central e dos impostos municipais, e, por outro lado, a abertura no seu todo do novo quadro comunitário de apoio para se obter os recursos necessários à realização de projetos que sejam comparticipados através do programa Portugal 2020.

2.2.5 Rácios da Receita

Indicadores da Estrutura da Receita	2013	2014	Varição
Receitas próprias/Receita total	26,86%	30,88%	4,02%
Impostos locais/Receita total	17,18%	21,77%	4,58%
Venda de bens de investimento/Receita total	0,23%	0,36%	0,14%
Transferências/Receita total	72,83%	68,66%	-4,17%
Passivos financeiros/Receita total	0,24%	0,00%	-0,24%

Pela análise destes dados, confirmam-se as transferências como o principal recurso da autarquia.

Em termos relativos verifica-se um aumento no rácio das Receitas próprias e nos Impostos locais, em parte, pela diminuição nas transferências do Estado e do Exterior.

2.3 Despesas globais

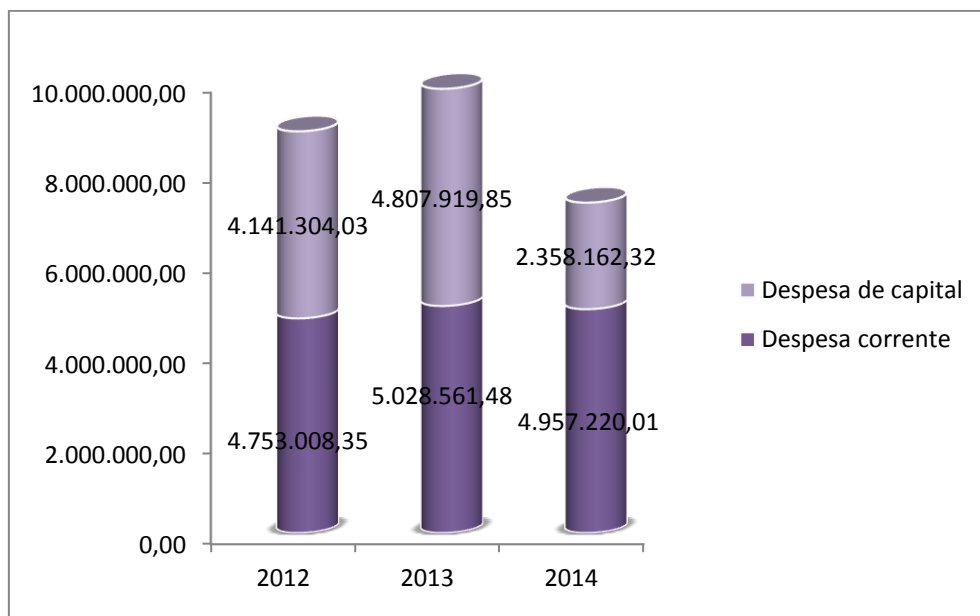
A despesa neste ano ascendeu a **€ 7 315 382,33** (**€ 9.836.481,33** em 2013), com uma diminuição de 25,6%.

A despesa foi distribuída em **67,8%** por despesas correntes e **32,2%** em despesas de capital, respeitando nominalmente a € 4 957 220,01 e € 2 358 162,32 com diminuições de € 71 341,47 e € 2 449 757,53, respetivamente.

Como se verifica, as despesas de capital sofreram o efeito na redução da receita. As despesas correntes (de funcionamento ou de estrutura) mantem-se quase inalteráveis, influenciando a outra componente.

Comparando com 2013, verificamos, uma diminuição de **€ 2 521 099,00** nas Despesas Totais, distribuída como se representa no seguinte mapa.

Despesa	2013	%	2014	%	Varição	%
Despesa corrente	5.028.561,48 €	51,12%	4.957.220,01 €	67,76%	-71.341,47	-1,42%
Despesa de capital	4.807.919,85 €	48,88%	2.358.162,32 €	32,24%	-2.449.757,53	-50,95%
Despesa Total	9.836.481,33 €	100,00%	7.315.382,33 €	100,00%	-2.521.099,00	-25,63%



No próximo ponto faremos uma análise à evolução destes dois grupos.

2.3.1 Execução da despesa

Seguidamente, apresentamos o resumo da execução das despesas segundo as principais rubricas para compreendermos melhor o resultado assinalado.

Estrutura da Despesa	2012	2013	2014	Varição	%
Despesas Correntes					
01 - Despesas com o pessoal	1.849.809,81	1.958.639,41	2.018.710,28	60.070,87	3,07%
02 - Aquisição de bens e serviços	1.721.879,15	1.832.493,82	1.754.540,97	-77.952,85	-4,25%
03 - Juros e outros encargos	56.353,67	93.262,36	70.968,43	-22.293,93	-23,90%
04 - Transferências correntes	952.570,37	917.358,18	812.108,51	-105.249,67	-11,47%
06 - Outras despesas correntes	172.395,35	226.807,71	300.891,82	74.084,11	32,66%
Subtotal	4.753.008,35	5.028.561,48	4.957.220,01	-71.341,47	-1,42%
Despesas de Capital					
07 - Aquisição de bens de capital	3.360.403,58	2.324.896,98	1.312.996,65	-1.011.900,33	-43,52%
08 - Transferências de capital	305.323,96	149.091,57	194.134,83	45.043,26	30,21%
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	475.576,49	2.325.808,02	851.030,84	-1.474.777,18	-63,41%
11 - Outras despesas de capital		8.123,28		-8.123,28	-100,00%
Subtotal	4.141.304,03	4.807.919,85	2.358.162,32	-2.449.757,53	-50,95%
Totais	8.894.312,38	9.836.481,33	7.315.382,33	-2.521.099,00	-25,63%

2.3.2 Execução da despesa corrente

01 – Despesas com pessoal

Apresentam um aumento de € 60 070,87⁸, com o maior efeito provocado pelo aumento na despesa com “Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos⁹” (+ € 30 332,14), “Pessoal em qualquer outra situação¹⁰” (+ € 43 468,76), mais o aumento constatado nos encargos com a segurança social (+ € 50 132,19) e reduções nos encargos com “Pessoal dos quadros¹¹” (- € 35 326,89) e em “Outras prestações familiares¹²” (- € 37 571,27).

02 – Aquisição de bens e serviços

Verificou-se uma diminuição nas despesas desta natureza (-€ 77 952,85 / -4,3%), assim distribuído:

- i. Aquisição de bens: - € 180 627,78;

⁸ Em 2013 = + € 108.829,60

⁹ Subsídio do Presidente da Câmara Municipal que no ano anterior recebia pensão de aposentação.

¹⁰ Estágios profissionais e CEI's.

¹¹ Aposentações.

¹² Subsídio por morte de trabalhador em acidente de trabalho.

ii. Aquisição de serviços: + € 102 674,93

A aquisição de bens foi influenciada com a diminuição nos pagamentos de energia elétrica, devido ao facto de termos recebido a conta da Iluminação Pública do último trimestre de 2014 em janeiro deste ano. Verificaram-se diminuições menores em quase todas as rubricas deste grupo.

Na aquisição de serviços verificaram-se aumentos maiores na “Conservação de bens” (+ € 18 439,69), nos “Transportes (Escolares e SeverIn)” (+ € 18 663,03), nos “Seguros” (+ € 14 563,71), na “Formação” (+ € 25 789,62), cuja despesa foi comparticipada quase na sua totalidade através do POPH, e em “Outros trabalhos especializados” (+ € 65 773,71), esta última rubrica com despesas registadas e relacionadas com os serviços prestados nas “Galerias Ripícolas” onde foi realizado o povoamento de ribeiras, também com despesa comparticipada através do PRODER, como já referido antes. Houve menos pagamentos nas seguintes rubricas: Publicidade (- € 9 857,40); Encargos de cobrança de receitas (- € 24 821,02); e em Outras receitas (- € 5 882,97).

No entanto, será mais adequado analisar a evolução dos custos - Relatório de Gestão Patrimonial - para aferirmos qual a evolução dos encargos desta natureza.

03 – Juros e outros encargos

Sofreram uma diminuição de - € 22 293,93 influenciados pela redução nos juros da dívida (- € 31 429,09 e aumento de + € 9 216,02 em “Outros juros”. No primeiro caso, por influencia da amortização extraordinária, e, no segundo caso, pelo pagamento de juros de mora, calculados sobre revisões de preços, apresentados pela sociedade Nativa e relacionadas com a empreitada do Campo Municipal dos Padrões.

04 – Transferências correntes

As transferências correntes diminuíram € 105 249,67 (-11,5%), mas apresentam mesmo assim um valor muito elevado, e andam próximo dos oitocentos e vinte mil euros.

No quadro seguinte apresentamos as transferências pelas principais rubricas ou tipos de entidades.



T. Corrente/Tipo de Entidade	Classificação	2013	2014	Variação
Freguesias	04.05.01.02	122.138,29	174.733,78	52.595,49
Associações de municípios	04.05.01.04	77.748,31	57.521,55	-20.226,76
Instituições sem fins lucrativos	04.07.01	423.653,61	340.085,69	-83.567,92
Famílias	04.08.02	288.985,97	235.567,49	-53.418,48
Outras entidades	04...	4.832,00	4.200,00	-632,00
Totais		917.358,18	812.108,51	-105.249,67

Verificamos que decresceram na maioria das rubricas, em especial para as coletividades e famílias (neste ultimo caso devido à redução de alunos). Apenas se constatou aumento nas transferências para as freguesias, como resultado dos acordos de execução que foram celebrados para a transferência de competências legais.

06 - Outras despesas correntes

Nesta rubrica da despesa, classificam-se os encargos relacionados com atividades evidenciadas no Plano de Atividades – FICAVOUGA, Festas Natalícias e Passeio dos Idosos, em termos globais, aumentou € 74 084,11.

No quadro seguinte apresentam-se as principais rubricas do Plano de Atividades Municipais, com os montantes pagos nos dois anos e respetiva variação.

Cl. Funcional	Descrição	2013	2014	Variação
02010301	Comemoração dos 500 anos do Foral	28,06	34.244,48	34.216,42
02010302	Outras Despesas Correntes - Centro das Artes e do Espectáculo	42.969,65	49.556,18	6.586,53
02010302	Centésimo aniversário da Linha do Vouga (Ponte de Santiago)	6.741,13		
02010303	Outras Despesas Correntes - Parques e Jardins - Actividades Culturais			0,00
02010304	Biblioteca - Actividades	2.394,49	4.121,37	1.726,88
030301	Outras Despesas Correntes - Passeio dos Idosos	7.568,40	12.159,66	4.591,26
030302	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	736,73	680,74	-55,99
08030301	Ficavouga ou outro Evento Musical - Animação	131.126,52	169.675,22	38.548,70
08030302	Edição de material promocional			0,00
08030303	Outras Despesas Correntes - Semana Gastronómica	10.008,73	7.684,94	-2.323,79
11020301	Outras Despesas Correntes - Festas Natalícias (Funcionários, Crianças e Ilumin.)	9.108,89	13.571,51	4.462,62

A comemoração dos 500 anos de atribuição do foral e a FICAVOUGA/2014 no novo modelo foram os eventos que mais contribuíram para o aumento das despesas desta rubrica.

2.3.3 Execução da Despesa de Capital

As despesas desta natureza diminuiram 51% (- € 2 449 757,53), devido à redução nas receitas desta natureza e pelo encerramento dos projetos financiados. Seguidamente evidenciam-se as variações nas rubricas agregadoras:



Estrutura da Despesa	2013	2014	Variação	%	Justificação
07 - Aquisição de bens de capital	2.324.896,98	1.312.996,65	-1.011.900,33	-43,52%	Investimentos
08 - Transferências de capital	149.091,57	194.134,83	45.043,26	30,21%	
10 - Passivos financeiros	2.325.808,02	851.030,84	-1.474.777,18	-63,41%	Amortizações
11 - Outras despesas de capital	8.123,28	0,00	-8.123,28	-100,00%	Restituições

Em “aquisição de bens de investimento” as principais variações ocorreram em “instalações desportivas e recreativas” (- € 307 683,43), em “viação rural” (- € 410 011,14), em “outras construções” (- € 373 838,65), em “equipamento básico” (- € 143 470,13) e em “outro equipamento” (- € 138 687,89), que no seu conjunto somam € 1 373 691,24. De forma diferente, constatou-se um aumento nos pagamentos em “viadutos, arruamentos e obras complementares” (+ € 218 602,31).

Nas “transferências de capital” verificaram-se diminuições nos pagamentos feitos às freguesias e às associações de municípios em que faz parte este município. Apenas se constatou um aumento no valor das transferências efetuadas para instituições sem fins lucrativos, designadamente nos apoios para a construção de valências nas IPSS do concelho, conforme pedido feito à assembleia municipal nas sessões de abril e dezembro.

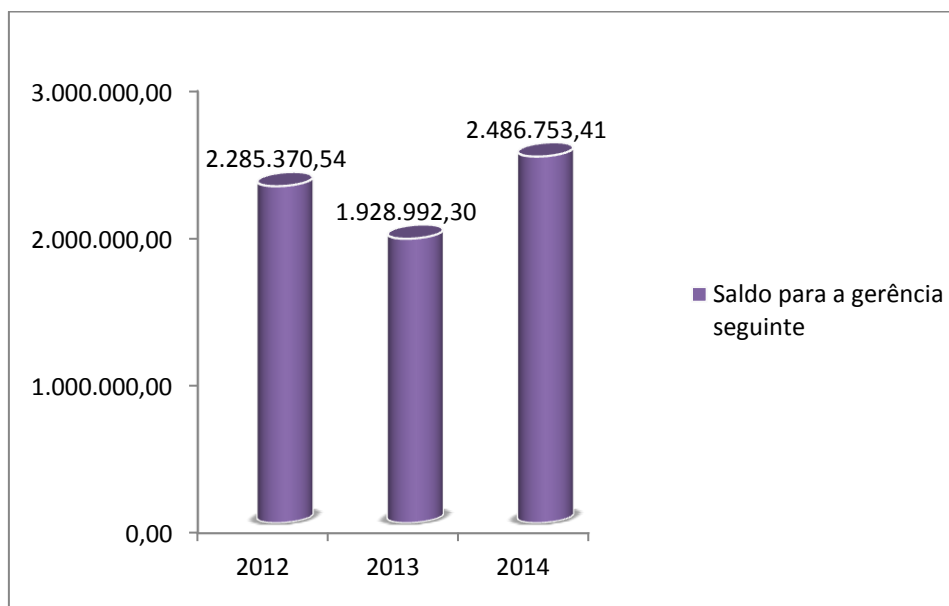
T. Capital/Tipo de Entidade	Classificação	2013	2014	Variação
Freguesias	08.05.01.02	71.161,00	48.195,84	-22.965,16
Associações de municípios	08.05.01.04	3.615,29	538,99	-3.076,30
Instituições sem fins lucrativos	08.07.01	74.315,28	145.400,00	71.084,72
Totais		149.091,57	194.134,83	45.043,26

Nos “passivos financeiros” apesar de constarmos uma redução de - € 1 474 777,18 há que destacar ter-se diminuído a dívida de médio e longo prazo (empréstimos) em - € 851 030,84, com uma amortização extraordinária (não obrigatória) de € 250 000,00 que foi feita em dezembro.

2.3.4 Saldo da gerência - orçamental

As disponibilidades financeiras do Município de Sever do Vouga, colocadas à disposição do executivo na gerência de 2014, foram as seguintes.

Saldo de Gerência	2013	2014
Saldo da gerência anterior (+)	2.285.370,54	1.928.992,30
Receita cobrada na gerência (+)	9.480.103,09	7.873.143,44
Despesa efectuada na gerência (-)	9.836.481,33	7.315.382,33
Saldo que transita para a gerência seguinte (=)	1.928.992,30	2.486.753,41



2.3.5 Poupança corrente

Poupança Corrente	2013	2014
Receitas correntes	5.852.407,80	7.194.669,83
Despesas correntes	5.028.561,48	4.957.220,01
Diferença (Poupança Corrente)	823.846,32	2.237.449,82

A poupança corrente aumentou, quase duplicou (+ € 1 413 603,50), pelo efeito de uma pequena redução nas despesas correntes (- € 71 341,47), mas por causa do aumento nas receitas correntes (+ € 1 342 262,03), devido à alteração sobre a distribuição das transferências da administração central, que passaram a ser de 90% para receitas correntes e 10% para receitas de capital.

No entanto, um aspeto positivo há que sublinhar, relacionado com o facto de existir sempre poupança corrente todos os anos, que se traduz no cumprimento do equilíbrio orçamental corrente.

Esta poupança habitualmente é utilizada no investimento, ou seja, serve para compensar o desvio constatado na arrecadação das receitas de capital.

Como se constata na evolução das receitas de capital, a afetação das receitas correntes será cada vez mais notória.



2.3.6 Relação receitas e despesas de capital

Capital - Receitas vs Despesas	2013	2014
Receitas de Capital	4.960.927,24	663.819,56
Despesas de Capital	4.807.919,85	2.358.162,32
Diferença	153.007,39	-1.694.342,76

Ao compararmos a receita com a despesa da mesma natureza, verifica-se que há um saldo negativo o que significa ter sido necessário recorrer à poupança corrente¹³ neste ano económico.

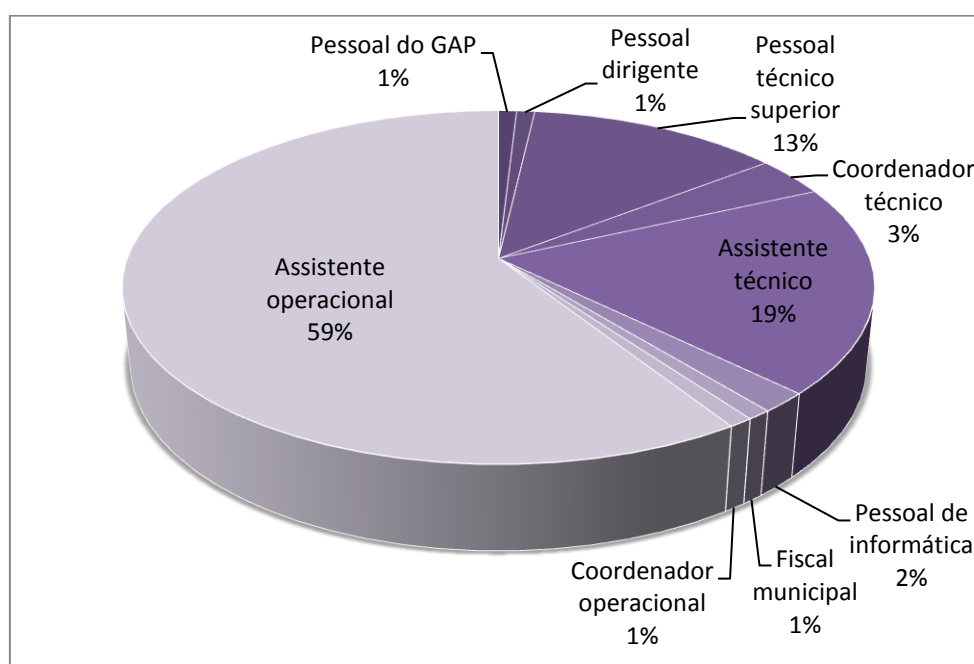
¹³ Poupança Corrente = Receita Corrente – Despesa Corrente

3 Recursos humanos

A 31 de Dezembro de 2014 o número de trabalhadores ao serviço da autarquia eram **110**, distribuídos pelos seguintes vínculos:

- i. Contrato por tempo indeterminado¹⁴ - 110
- ii. Contrato por tempo determinado (Termo Certo) - 0

Grupo - Pessoal	2013				2014				Variação			
	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *
Pessoal do GAP				1				1				
Pessoal dirigente	1				1							
Pessoal técnico		14	1			14						-1
Coordenador técnico		4				4						
Assistente técnico		21				21						
Pessoal de informática		2				2						
Fiscal municipal		1				1						
Coordenador		1				1						
Assistente operacional		66				65						-1
Subtotal	1	109	1	1	1	108		1		-1		-1
Totais												-2



¹⁴ Inclui Comissão de Serviço (Diretor) e Pessoal em qualquer outra situação (GAP).

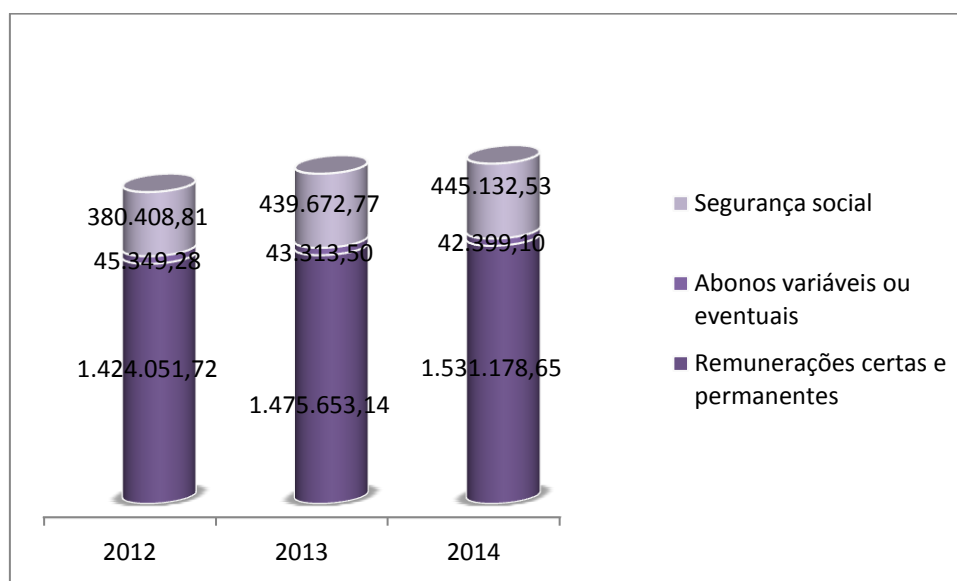
A redução deveu-se aos seguintes motivos:

- i. Aposentação – 1 Assistente Operacional
- ii. Termo do contrato, sem renovação – 1 Técnico Superior (Psicóloga)

A despesa total da rubrica de Pessoal atingiu o montante de € 2 018 710,28, mais 3% do que o valor despendido em 2013 (€ 1 958 639,41), voltando a registar-se um aumento como foi explicado no ponto 2.3.2.

Indicadores de Pessoal	2012	2013	2014	Variação
Despesa corrente	38,92%	38,95%	40,72%	1,77%
Despesa total	20,80%	19,91%	27,60%	7,68%
Receita corrente	31,61%	27,70%	28,06%	0,36%
Receita total	17,11%	20,66%	25,64%	4,98%

Os dados do quadro anterior evidenciam uma variação pouco significativa das despesas com pessoal relativamente ao total das despesas correntes e um aumento significativo em relação à despesa global da autarquia, devido à sua redução.





Classificação	Rúbricas	Despesa			Variação 2013/2014
		2012	2013	2014	
01	Despesas com o pessoal	1.849.809,81	1.958.639,41	2.018.710,28	3,07%
01.01	Remunerações certas e permanentes	1.424.051,72	1.475.653,14	1.531.178,65	3,76%
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros ...	86.405,04	92.679,71	123.011,85	
01.01.02	Órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	
01.01.04.01	Pessoal dos quadros - R. da função pública	975.658,90	973.090,88	937.763,99	
01.01.04.04	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	17.501,56	7.603,17	14.699,39	
01.01.05	Pessoal para além dos quadros	0,00	0,00	0,00	
01.01.06	Pessoal contratado a termo	50.706,67	8.535,09	6.519,07	
01.01.06.01	Pessoal contratado a termo certo	50.706,67	8.535,09	6.519,07	
01.01.06.02	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	0,00	0,00	0,00	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.700,00	1.476,00	2.460,00	
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	4.796,37	3.934,69	4.636,10	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	18.133,92	39.023,90	82.492,66	
01.01.10	Gratificações	0,00	0,00	0,00	
01.01.10.01	Membros dos órgãos autárquicos	0,00	0,00	0,00	
01.01.10.02	Pessoal dos quadros	0,00	0,00	0,00	
01.01.10.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.01.11	Representação	31.763,64	31.580,91	32.156,09	
01.01.11.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.01.12	Suplementos e prémios	0,00	0,00	0,00	
01.01.13	Subsídio de refeição	115.287,72	111.865,25	121.092,93	
01.01.14	Subsídios de férias e natal	100.289,97	190.722,80	192.079,42	
01.01.15	Remunerações por doença e mat. / pat.	21.807,93	15.140,74	14.267,15	
01.02	Abonos variáveis ou eventuais	45.349,28	43.313,50	42.399,10	-2,11%
01.02.01	Gratificações variáveis	0,00	0,00	0,00	
01.02.02	Horas extraordinárias	20.925,03	16.977,44	16.244,85	
01.02.03	Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	
01.02.04	Ajudas de custo e prémios	1.820,89	1.146,92	1.293,89	
01.02.05	Abono para falhas	5.499,60	5.435,97	4.330,50	
01.02.06	Formação	0,00	0,00	0,00	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	0,00	0,00	0,00	
01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residência e aloj.	0,00	0,00	0,00	
01.02.09	Subsídio de prevenção	0,00	0,00	0,00	
01.02.10	Subsídio de trabalho nocturno	0,00	0,00	0,00	
01.02.11	Subsídio de turno	0,00	0,00	0,00	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	1.170,00	5.467,33	0,00	
01.02.13	Outros suplementos e prémios	15.933,76	14.285,84	20.529,86	
01.02.14	Outros abonos em numerário e espécie	0,00	0,00	0,00	
01.03	Segurança social	380.408,81	439.672,77	445.132,53	1,24%
01.03.01	Encargos com a saúde	132.153,70	103.661,99	90.957,55	
01.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	10.692,83	9.640,10	10.976,00	
01.03.04	Outras prestações familiares	475,84	37.571,27	0,00	
01.03.05.01	Assistência doença func. públicos (adse)	276,25	243,75	236,25	
01.03.05.02	Contribuições para a segurança social	217.657,09	278.538,44	328.670,63	
01.03.05.02.01	Caixa geral de aposentações	140.951,82	191.427,87	232.781,82	
01.03.05.02.02	Segurança social - regime geral	76.705,27	87.110,57	95.888,81	
01.03.05.02.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.03.06	Acidentes em serviços e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	
01.03.07	Pensões de reserva	0,00	0,00	0,00	
01.03.08	Outras pensões	3.426,46	0,00	0,00	
01.03.09	Seguros	15.726,64	10.017,22	14.292,10	
01.03.09.01	Seguro acidentes trabalho e doenças profissionais	15.726,64	10.017,22	14.292,10	
01.03.10	Outras despesas de segurança social	0,00	0,00	0,00	

3.1 Limites dos encargos com o pessoal

Como já tínhamos explicado no Orçamento deste ano, a lei do Orçamento de Estado para 2015 determina no seu artigo 62º que os municípios fora da necessidade de saneamento financeiro podem admitir trabalhadores e contratar serviços a pessoas singulares desde que seja cumprido o limite estabelecido no número 2 daquela norma. Para esse limite contam as despesas com pessoal e com a aquisição de serviços a pessoas singulares (contratos de tarefa e avença), os quais não podem ser de “montante superior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios”.

Embora essa regra se aplique apenas a partir de 2015, faremos a análise como se estivesse em vigor no ano de 2014.

Assim, sabendo que, nos últimos três anos económicos a receita corrente líquida, obtida através dos dados das prestações de contas dos anos anteriores e que, nestes documentos previsionais temos as seguintes despesas com pessoal e com a aquisição de serviços a pessoas singulares, então teremos os seguintes resultados:

Receita Corrente líquida n-3	2012	5.756.969,81
Receita Corrente líquida n-2	2013	6.994.982,40
Receita Corrente líquida n-1	2014	7.143.375,01
Receita corrente líquida média dos três anos		6.631.775,74
Limite geral para as despesas com pessoal, incluindo as aquisições de serviços com pessoas singulares	35%	2.321.121,51
Despesa com pessoal em 2014		2.018.710,28
Despesas com aquisições de serviços		16.489,99
Despesas com pessoal de 2014, incluindo as aquisições de serviços com pessoas singulares		2.035.200,27
Margem disponível		285.921,24
Máximo admissível para aumentar as despesas com pessoal	20%	57.184,25
Limite máximo para as despesas com pessoal permitido para 2015, nos termos do art.º 62º da LOE/2015, incluindo as aquisições de serviços com pessoas singulares		2.092.384,52

Nestes dados verificamos que, em função das novas regras e considerando não haver alterações significativas nos valores, podemos afirmar o seguinte:

- i. que estamos abaixo do limite geral para as despesas com pessoal;
- ii. por esse motivo temos uma margem disponível de € 285 921,24;



- iii. que a autarquia poderá aumentar no ano de 2015 as despesas com pessoal e aquisições de serviços com pessoas singulares em € 57 184,25.

4 Endividamento e evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo

Embora o atual regime financeiro - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – ter alterado o conceito para dívida, consideramos que deveríamos manter o estudo do endividamento em função dos seguintes períodos – dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo – e o estudo da dívida.

4.1 Dívidas de curto prazo

Estrutura da Dívida de Curto Prazo - Orçamental	2012	2013	2014
22.1 - Fornecedores c/c		13.220,15	166.975,33
22.8 - Fornecedores - faturas receção e	268.087,21	124.255,87	98.254,73
25.2 - Credores pela execução do orçamento			
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado c/c		52.441,60	142.719,55
26.1.8 - Fornecedores de imobilizado - faturas	50.555,17	24.079,95	37.696,36
26.8 - Outros credores	31.965,43	32.687,98	96.957,64
Totais	350.607,81	246.685,55	542.603,61

A Câmara encerrou a gerência de 2014 com dívidas a curto prazo reconhecidas num total de € 542 603,61, assim distribuídas:

Estrutura da Dívida de Curto Prazo - Orçamental	2014	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	> 180 dias
22.1 - Fornecedores c/c	166.975,33	166.010,22	965,11		
22.8 - Fornecedores - faturas receção e	98.254,73	98.254,73			
25.2 - Credores pela execução do orçamento					
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado c/c	142.719,55	134.984,74	7.734,81		
26.1.8 - Fornecedores de imobilizado - faturas	37.696,36	37.696,36			
26.8 - Outros credores	96.957,64	89.207,64		6.250,00	1.500,00
Totais	542.603,61	526.153,69	8.699,92	6.250,00	1.500,00

Os valores com prazos até e superiores a 180 dias dizem respeito a apoios concedidos a coletividades que ainda não entregaram informação exigida no protocolo para que sejam libertadas as verbas aprovadas.

No quadro seguinte apresentamos informação sobre o acompanhamento trimestral da dívida e que é reportada à DGAL, como vem sendo obrigatório há muito tempo.

Endividamento Total - Orçamental	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	3.750.583,32	3.687.722,35	3.491.838,49	3.042.873,60
Fornecedores de imobilizado mlp	36.310,48	36.310,48	36.310,48	39.631,01
Outros credores mlp	0,00	0,00	0,00	391.506,09
Subtotal	3.786.893,80	3.724.032,83	3.528.148,97	3.474.010,70
Curto Prazo				
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores e outros credores	197.053,83	305.918,71	151.885,47	542.603,61
Subtotal	197.053,83	305.918,71	151.885,47	542.603,61
Totais	3.983.947,63	4.029.951,54	3.680.034,44	4.016.614,31

4.2 Evolução do endividamento – médio e longo prazos

Durante o ano económico de 2014, registaram-se os seguintes pagamentos referentes aos empréstimos de médio e longo prazo:

- i. juros no montante de € 57 702,72; e
- ii. amortizações no montante de € 851 030,84.

Em relação às amortizações sublinhamos duas situações distintas, adotadas neste exercício, conforme se apresenta no quando seguinte.

Amortizações contratuais	601.030,84
Amortização extraordinária (art.º 94º LOE 2014)	250.000,00
Saldo da Dívida MLP	851.030,84

Embora se indicando a norma através da qual era obrigatório reduzir a dívida de médio e longo prazo, era comumente aceite que as amortizações normais eram suficientes para se dar cumprimento a essa disposição. Contudo, porque havia meios para o fazer decidiu-se realizar esta amortização extraordinária para se diminuir a dívida de longo prazo.

Neste ano económico de 2014, e no endividamento de médio e longo prazo, ocorreram os seguintes movimentos, apresentando no final do ano o saldo indicado (empréstimos).

Movimentos/Saldo - Dívida de Empréstimos (MLP)	Valor
Dívida mlp inicial	3.893.904,44
Aumento da dívida mlp – empréstimos	0,00
Diminuição da dívida mlp – amortizações	851.030,84
Saldo da Dívida MLP	3.042.873,60

4.3 Endividamento total (2012/2013/2014)

Endividamento Total - Orçamental	2012	2013	2014	%
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	6.197.128,84	3.893.904,44	3.042.873,60	-21,86%
Fornecedores de imobilizado mlp	58.365,26	48.810,48	39.631,01	-18,81%
Outros credores mlp	0,00	0,00	391.506,09	100,00%
Subtotal	6.255.494,10	3.942.714,92	3.474.010,70	-11,89%
Curto Prazo				
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores e outros credores	350.607,81	246.685,55	542.603,61	119,96%
Subtotal	350.607,81	246.685,55	542.603,61	119,96%
Totais	6.606.101,91	4.189.400,47	4.016.614,31	-4,12%

O endividamento total voltou a diminuir devido às amortizações (ordinárias e extraordinária) e à não contratação de mais dívidas de médio e longo prazo.

Em “outros credores” encontra-se o valor que o município terá de pagar para o FAM.

4.4 Dívida

O novo regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio acabar com o conceito de endividamento líquido e trazer para a esfera jurídica e económica o conceito de dívida, estabelecendo limites à dívida total, que engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e os restantes débitos a terceiros (fornecedores e outros credores).

À dívida do município acresce a dívida das entidades participadas, na respetiva proporção e calculada e acrescida de acordo com o previsto no art.º 54º.

Esse limite “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (n.º 1 art.º 52º).

4.4.1 Limite da dívida

O limite da dívida total será determinado em função da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores.

Para 31/12/2014, vamos considerar os dados dos anos de 2011, 2012 e 2013.



Cálculo do Limite da Dívida		2011	2012	2013
Receita corrente líquida arrecadada	(A)	6.045.527,60	5.756.969,81	6.994.982,40
Receita corrente líquida arrecadada	(B)		6.265.826,60	
Valor do Limite	(C) = 1,5 * (B)		9.398.739,91	

No quadro da página seguinte apresentamos o valor da dívida total do município considerada para efeitos do limite da dívida total.

Depois de calculado o limite da dívida, que em 2014 passou a ser de € 9 398 739,91 (quando em 2013 era de € 8.885.518,25) e o total da dívida para efeitos do limite € 4 239 428,81 (em 2013 era de € 4 646 089,44), obtemos por diferença a margem disponível de € 4 992 746,60 (que em 2013 era de € 4 239 428,81).

Sabendo-se que, para os municípios que cumpram o limite, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível, então, para o ano de 2015, a dívida deste município não poderá aumentar mais do que € 998 549,32.

Com os dados apresentados em cima verificamos que a dívida total do município representa apenas 47% do limite, pelo que a dívida encontra-se dentro de um valor aceitável e não precisa de qualquer medida de curto prazo.



Município Sever do Vouga									Valor da Dívida
Dívidas a terceiros mlp e de curto prazo - orçamentais									4.016.614,31
Subtotal 1 (Dívida a terceiros mlp e de curto prazo a considerar)									4.016.614,31
Entidades intermunicipais e Entidades associativas municipais	Disposição Legal	Distribuição	RLE	Passivo Orçamental	Passivo Total CP	Passivo ã Orçamental	Passivo Orçamental	Participação	Valor a crescer
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Alinea b) n.º 1 art.º 54 RFAL	Proporcional à quota	203.976,02	0,00	7.906.175,84	13.664,63	7.892.511,21	3,52%	277.816,39
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses									407,60
Subtotal 2 (Soma da parte proporcional das Entidades intermunicipais e Entidades associativas municipais)									278.223,99
Empresas locais e Participadas	Disposição Legal	Distribuição	RLE	Passivo Corrente	Passivo não corrente	Passivo Total	Participação	Valor a crescer	
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA		Proporcional à participação se não cumprir com o equilíbrio de contas	605.006,00	7.567.309,00	14.501.586,00	22.068.895,00	0,63%	0,00	
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA	Alinea c) n.º 1 art.º 54 RFAL		1.065.811,00	53.823.307,56	19.768.932,91	73.592.240,47	0,05%	0,00	
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albergaria e Sever, CRL			199.674,00	38.888.031,00		38.888.031,00	0,01%	0,00	
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA			36.686,81	1.163.227,07	440.702,08	1.603.929,15	0,15%	0,00	
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA			-14.598,64	63.014,79	1.275,00	64.289,79	0,18%	115,72	
Subtotal 3 (Soma da parte proporcional das dívidas de Empresas locais e Participadas)									115,72
Entidades de outra natureza	Disposição Legal	Controlo? (distribuição)	RLE	Passivo Orçamental	Passivo Total CP	Passivo ã Orçamental	Passivo Orçamental	Participação	Valor a crescer
AGIM - Associação para a Gestão, Modernização e Modernização do Centro Urbano da Vila de Sever do Vouga	Alinea e) n.º 1 art.º 54 RFAL	Sim	-1,00		151.012,21		151.012,21	73,53%	111.039,28
ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural e Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Galheira		Não					0,00		0,00
ABAP - Associação Beira Atlântico Parque		Não					0,00		0,00
Subtotal 3 (Soma da parte proporcional das dívidas de sociedades)									111.039,28
Total da dívida para efeitos do limite (art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3/9)									4.405.993,30

5 Grandes opções do plano - análise

5.1 Execução das grandes opções do plano

No quadro seguinte, apresenta-se uma relação das despesas efetuadas no âmbito das Grandes Opções do Plano, por funções, reportadas a 31/12/2014.

Execução da GOP	PPI	PAM	GOP	%
1. - Funções Gerais	55.163,19	0,00	55.163,19	1,99%
1.1. – Serviços Gerais da Administração Pública	55.163,19	0,00	55.163,19	1,99%
1.1.1. – Administração Geral	55.163,19	0,00	55.163,19	1,99%
1.2. – Segurança e Ordem Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.2.1. – Proteção Civil e Luta contra Incêndios	0,00	0,00	0,00	0,00%
2. - Funções Sociais	339.984,11	232.354,86	572.338,97	20,68%
2.1. - Educação	31.305,36	0,00	31.305,36	1,13%
2.1.1. – Ensino não Superior	31.305,36	0,00	31.305,36	1,13%
2.1.2. – Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2. - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2.1. - Serviços individuais de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.3. – Segurança e Ação Social	346,86	26.411,91	26.758,77	0,97%
2.3.2. – Ação Social	346,86	26.411,91	26.758,77	0,97%
2.4. – Habitação e Serviços Coletivos	182.394,97	109.895,26	292.290,23	10,56%
2.4.1. - Habitação	18.367,21	0,00	18.367,21	0,66%
2.4.2. – Ordenamento do Território	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.3. - Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.4. – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.5. – Resíduos Sólidos	4.922,46	0,00	4.922,46	0,18%
2.4.6. – Proteção Meio Ambiente e Cons. da	159.105,30	109.895,26	269.000,56	9,72%
2.5. – Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	125.936,92	96.047,69	221.984,61	8,02%
2.5.1. - Cultura	70.835,98	96.047,69	166.883,67	6,03%
2.5.2. – Desporto, Recreio e Lazer	55.100,94	0,00	55.100,94	1,99%
3. – Funções Económicas	966.584,18	177.360,16	1.143.944,34	41,33%
3.2. – Indústria e Energia	9.517,43	0,00	9.517,43	0,34%
3.3. – Transportes e Comunicações	762.694,00	0,00	762.694,00	27,56%
3.3.1. – Transportes Rodoviários	762.694,00	0,00	762.694,00	27,56%
3.3.2. – Transportes Aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4. – Comércio e Turismo	188.102,96	177.360,16	365.463,12	13,20%
3.4.1. – Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.2. - Turismo	188.102,96	177.360,16	365.463,12	13,20%
3.5 - Outras funções económicas	6.269,79	0,00	6.269,79	0,23%
4. – Outras Funções	996.430,84	0,00	996.430,84	36,00%
4.1. – Operações da Dívida Autárquica	851.030,84	0,00	851.030,84	30,75%
4.2. – Transferências entre Administrações	145.400,00	0,00	145.400,00	5,25%
4.3. – Diversas não especificadas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	2.358.162,32	409.715,02	2.767.877,34	100,00%

As Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PAM – Plano de Atividades Municipal), para o ano de 2014, previa uma dotação inicial definida no montante de € 3 629 980,00, tendo a dotação definida final atingido o montante de € 5 083 200,00.

Da dotação final foram realizados pagamentos no valor de € 2 767 877,34 (execução financeira), correspondendo a 71,13% da dotação final prevista.

5.2 Plano plurianual de investimentos

No ano de 2014, foram pagos encargos assumidos com a aquisição de bens de investimento num total de € 1 312 996,65, devidamente discriminados no mapa que se segue, por rubricas e subrubricas, onde foram classificadas as respetivas despesas.

Estrutura do Investimento Municipal	2012	2013	2014
07.01.01 – Terrenos e recursos naturais	91.513,80	90.857,15	48.000,00
07.01.02 - Habitação	839,07	14.342,16	18.367,21
07.01.02.01 - Construção	0,00	0,00	0,00
07.01.02.03 - Reparação e beneficiação	839,07	14.342,16	18.367,21
07.01.03 - Edifícios	821.588,63	131.210,80	101.958,16
07.01.03.01 - Instalações de serviços	23.885,27	116.362,11	69.378,84
07.01.03.02 - Instalações desportivas e recreativas			19.003,50
07.01.03.05 - Escolas	682.278,51	14.831,91	13.575,82
07.01.03.99 - Outros	115.424,85	16,78	
07.01.04 - Construções diversas	2.253.384,88	1.884.203,59	1.010.535,04
07.01.04.01 - Viadutos, arruam. obras	1.419.418,23	138.673,41	357.275,72
07.01.04.02 - Esgotos	0,00	0,00	0,00
07.01.04.04 - Iluminação pública	3.930,31	37.060,06	9.517,43
07.01.04.05 - Parques e jardins	0,00	0,00	14.479,60
07.01.04.06 - Instalações recreativas e desportivas	51.545,86	313.645,87	5.962,44
07.01.04.07 - Captação, tratamento e distrib. de	0,00	0,00	0,00
07.01.04.08 - Viação rural	449.183,42	676.664,90	266.653,76
07.01.04.09 - Sinalização e trânsito	7.296,44	7.413,20	6.422,39
07.01.04.12 - Cemitérios	0,00	53.578,25	66.894,45
07.01.04.99 - Outros	322.010,62	657.167,90	283.329,25
07.01.06 - Equipamento de transporte	52.791,59	6.531,40	48.263,52
07.01.07 - Equipamento de informática	46.115,62	19.553,97	31.460,59
07.01.08 - Software informático	7.648,29	4.421,24	3.117,66
07.01.09 - Equipamento administrativo	524,13	161,67	0,00
07.01.10 - Equipamento básico	79.429,37	164.629,60	21.159,47
07.01.13 - Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00
07.01.15 - Outros investimentos	6.568,20	8.985,40	30.135,00
Totais	3.360.403,58	2.324.896,98	1.312.996,65
Varição		-30,81%	-43,52%

Existiu uma redução nos pagamentos de bens de investimento no valor de - € 1 011 900,33, correspondendo a uma diminuição de 43,5%, em comparação com o ano transato.

5.3 Atividades relevantes

No ano de 2014, procurou-se promover a Área de Acolhimento Empresarial para um aumento do número de empresas residentes.

No ano económico transato começaram-se novos processos para se apresentar as candidaturas quando viessem a ser abertos os períodos de submissão, preparando o executivo terreno para submissão em overbooking.

Em 2014, salientamos a contratação das seguintes empreitadas ou projetos:

- i. Refuncionalização de edifício para equipamento cultural – Museu municipal
- ii. Beneficiação e pavimentação da estrada da Sr.ª da Graça a Doninhas
- iii. Galerias Ripícolas do Município de Sever do Vouga 4
- iv. Construção de muro na Ruela do Outeiro
- v. Arrelvamento do polidesportivo do parque urbano da vila
- vi. Estrada do cemitério à Junta de Freguesia, de Cedrim
- vii. Comunidade intergeracional – Parque interidades – Parque Geriátrico e Radical
- viii. EM 554-1 – Saída de Felgares até ao limite do concelho
- ix. Estrada da Igreja ao infantário de Silva Escura



6 Equilíbrio orçamental

O equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, refere que o Município em 31 de dezembro de 2014, deve ter a receita corrente bruta cobrada pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Assim a margem disponível no final do ano de 2014 é a seguinte:

Equilíbrio orçamental 2014	Subtotal	Totais
Receita corrente bruta cobrada		7.194.669,83
Despesa corrente paga	-4.957.220,01	-5.497.172,15
Amortizações Médias	-539.952,14	
Margem		1.697.497,68

7 Proposta de aplicação dos resultados

Face ao Resultado Líquido do Exercício positivo de € 1 349 715,97, nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

O ponto 2.7.3.2 refere que, “no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Por sua vez, quando se verifica um saldo positivo na conta 59 – Resultados Transitados, existem duas imposições:

- i. Reforço do Património; e
- ii. Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que a conta 51 – Património, corresponda a 20% do ativo líquido, no entanto, devemos constituir “Reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

7.1 Proposta

Na medida em que o valor da conta 51 – Património é superior a 20% do Ativo líquido, ou seja, corresponde em 31/12/2014, a 31,37%, propomos a constituição de “Reserva Legal”, nos termos do ponto 2.7.3.5, pelo valor de mínimo obrigatório (5%), ou seja, de € 67 485,80, ficando o restante na conta “Resultados Transitados”, podendo ser utilizado num próximo exercício, para reforço da conta 51 – Património, ou compensar um eventual exercício cujo resultado seja negativo.

No caso de ser aprovada a presente proposta, será realizado o seguinte lançamento:

Distribuição do Resultado	Débito	Crédito
88 – Resultado Líquido do Exercício	1.349.715,97	
571 – Reservas Legais		67.485,80
59 – Resultados Transitados		1.282.230,17